ORIENTAÇÔES DA COMISSÃO DE ENUNCIADOS DO RECIVIL REFERENTES AO TERMO DECLARATÓRIO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL PERANTE O REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E DISPOR SOBRE A ALTERAÇÃO DE REGIME DE BENS NA UNIÃO ESTÁVEL E A SUA CONVERSÃO EXTRAJUDICIAL EM CASAMENTO, CONFORME PROVIMENTO 149 DO CNJ

**DO REGISTRO DA UNIÃO ESTÁVEL**

***Art. 537. É facultativo o registro da união estável prevista no***[***art. 1.723 a 1.727 do Código Civil***](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm)***, mantida entre o homem e a mulher, ou entre duas pessoas do mesmo sexo.***

Aplica-se o art. 1.634, VII do CC à união estável, de modo que, para o relativamente incapaz deve haver assistência por ambos os genitores.

Art.5º, II CC – casamento emancipa, União Estável não.

Tanto o termo declaratório de união estável quanto o termo declaratório de dissolução da união estável podem ser lavrados pelo RCPN. No caso de dissolução de união estável deverá haver a participação de advogado no termo e, quando houver partilha de bens, deverá ser observada a obrigatoriedade de escritura pública quando envolver imóveis de valor superior a 30 salários mínimos ([art. 108 Código Civil)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm).

A facultatividade é no sentido de que as partes é que decidem se querem ou não dar efeitos perante terceiros. SE QUISEREM DAR EFEITOS PERANTE TERCEIROS, O REGISTRO DA UNIÃO ESTÁVEL É ESSENCIAL!

***§ 1.º O registro de que trata o caput confere efeitos jurídicos à união estável perante terceiros.***

***§ 2.º Os oficiais deverão manter atualizada a Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais (CRC), para fins de busca nacional unificada.***

***§ 3.º Os títulos admitidos para registro ou averbação na forma deste Capítulo podem ser:***

***I — sentenças declaratórias do reconhecimento e de dissolução da união estável;***

***II — escrituras públicas declaratórias de reconhecimento da união estável;***

***III — escrituras públicas declaratórias de dissolução da união estável nos termos do***[***art. 733 da Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil)***](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm)***; e***

***IV — termos declaratórios de reconhecimento e de dissolução de união estável formalizados perante o oficial de registro civil das pessoas naturais, exigida a assistência de advogado ou de defensor público no caso de dissolução da união estável nos termos da aplicação analógica do***[***art. 733 da Lei n. 13.105, de 2015 (Código de Processo Civil)***](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm)***e da***[***Resolução n. 35, de 24 de abril de 2007***](https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/179)***, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).***

O termo declaratório é um documento público lavrado UNICAMENTE perante o RCPN.

Ele deverá ser arquivado em pasta própria (classificador) - pode ser apenas em meio eletrônico - e a 2ª via dele será expedida mediante CERTIDÃO DE DOCUMENTO ARQUIVADO.

Para o registro no Livro E não será admitido o registro do instrumento particular, ainda que registrado no Ofício de Títulos e Documentos. O art. 666, parágrafo único, II do Código de Normas não está de acordo com as novas normas introduzidas pelo Provimento 141 do CNJ que alterou o Provimento 37 do CNJ, revogados pelo Provimento 149, mas com a mesma redação.

REGRA DE TRANSIÇÃO: Podem ser admitidos a registro os instrumentos particulares declaratórios de reconhecimento de união estável que foram elaborados e registrados no Oficio de Títulos e Documentos **ANTES** da publicação do Provimento 141 do CNJ (16/03/2023). Logo, somente podem ser admitidos a registros os instrumentos particulares registrados no RTD até 16 de março de 2023.

O instrumento particular declaratório de reconhecimento da UE elaborado **ANTES** da publicação do Provimento 141 do CNJ, a sentença ou a escritura pública que for apresentada a registro sem os dados indicados no art. 539 do Provimento 149 do CNJ e art. 94-A da Lei 6.015/73, **DEVERÁ** ser complementado mediante a apresentação de documentos comprobatórios.

***§ 4.º O registro de reconhecimento ou de dissolução da união estável somente poderá indicar as datas de início ou de fim da união estável se estas constarem de um dos seguintes meios:***

***I — decisão judicial, respeitado, inclusive, o disposto no § 2.º do art. 544 deste Código de Normas;***

***II — procedimento de certificação eletrônica de união estável realizado perante oficial de registro civil na forma deste Capítulo; ou***

***III — escrituras públicas ou termos declaratórios de reconhecimento ou de dissolução de união estável, desde que:***

***a) a data de início ou, se for o caso, do fim da união estável corresponda à data da lavratura do instrumento; e***

***b) os companheiros declarem expressamente esse fato no próprio instrumento ou em declaração escrita feita perante o oficial de registro civil das pessoas naturais quando do requerimento do registro.***

As datas de início e/ou de fim da UE somente poderão constar do registro se decorrentes de decisão judicial, de procedimento de certificação eletrônica de UE realizado perante o registrador civil, ou de escritura pública ou termo declaratório em que essa data corresponda à da lavratura do instrumento e nele tenha sido declarada expressamente pelos companheiros.

Fora dessas hipóteses, a data de início ou do fim da união estável constará como "não informado”.

Para constar a data do início ou do fim da união estável, mesmo quando indicada no termo declaratório ou na escritura pública, será feito o procedimento de certificação eletrônica perante o registrador civil, se a data indicada for anterior a lavratura do título.

***§ 5.º Fora das hipóteses do § 4.º deste artigo, o campo das datas de início ou, se for o caso, de fim da união estável no registro constará como “não informado”.***

***§ 6.º Havendo nascituro ou filhos incapazes, a dissolução da união estável somente será possível por meio de sentença judicial.***

***§ 7.º É vedada a representação de qualquer dos companheiros por curador ou tutor, salvo autorização judicial.***

Por analogia ao casamento, a pessoa com deficiência mental ou intelectual em idade núbil, e também o interditado, poderá formalizar o termo declaratório de União Estável, assim como requerer o registro da União Estável mediante a apresentação dos títulos admitidos, expressando sua vontade diretamente perante o registrador civil, sendo recomendado o comparecimento do curador no ato.

Fundamentação: art. 1.550, §2º do CC/02 e art. 6º, I do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Por analogia ao casamento, o relativamente incapaz maior de 16 anos e menor de 18 anos poderá formalizar o termo declaratório de União Estável, assim como requerer o registro da União Estável mediante a apresentação dos títulos admitidos, expressando sua vontade diretamente perante o registrador civil, exigindo-se autorização de ambos os pais, ou de seus representantes legais (tutor), enquanto não atingida a maioridade civil. É dispensada a referida autorização para os menores emancipados.

Fundamentação: art. 1.517 do CC/02 e art. 576 “caput” e §§5º e 6º do Código de Normas.

**DO TERMO DECLARATÓRIO DE UNIÃO ESTÁVEL**

***Art. 538. O termo declaratório de reconhecimento e de dissolução da união estável consistirá em declaração, por escrito, de ambos os companheiros perante o ofício de registro civil das pessoas naturais de sua livre escolha, com a indicação de todas as cláusulas admitidas nos demais títulos, inclusive a escolha de regime de bens na forma do***[***art. 1.725 da Lei n. 10.406, de 2002***](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm)***(Código Civil), e de inexistência de lavratura de termo declaratório anterior.***

O termo declaratório de União Estável poderá ser lavrado por qualquer registrador civil, a requerimento de AMBOS os companheiros ou representado por procurador, desde que munido de procuração pública com poderes específicos para o ato outorgada há no máximo 90 (noventa) dias.

Se a procuração houver sido outorgada há mais de 90 (noventa) dias, poderá ser exigida certidão da serventia em que tenha sido passado o instrumento público do mandato dando conta de que não foi ele revogado ou anulado.

Fundamentação: art. 256 do Código de Normas.

Caberá ao Registrador Civil do cartório em que estiver sendo lavrado o termo a análise do cabimento do regime de bens escolhido e das hipóteses da incidência do regime da separação obrigatória, previstas no art. 1.641 do CC/02.

É recomendável que no próprio termo declaratório os companheiros solicitem o seu registro no Livro-E e a alteração do nome, se for o caso.

***§ 1.º Lavrado o termo declaratório, o título ficará arquivado na serventia, preferencialmente de forma eletrônica, em classificador próprio, expedindo-se a certidão correspondente aos companheiros.***

Para a formalização do termo declaratório de união estável, o registrador civil deverá exigir e arquivar os documentos de identificação e as certidões de estado civil, atualizadas no prazo de 90 dias, inclusive referentes a eventual união estável anteriormente registrada em Livro "E", bem como o óbito de ex-cônjuge ou ex-companheiro, quando houver, salvo se o registro for do próprio cartório.

Fundamentação: art. 94-A da Lei 6015/73 e 541 do Provimento 149 do CNJ.

A certidão do termo declaratório será expedida conforme o item 8.2 – Certidão de Documentos arquivados (Código7804) da Tabela 7 de Emolumentos.

**Segue anexo o modelo sugerido.**

***§ 2.º As informações de identificação dos termos deverão ser inseridas em ferramenta disponibilizada pela CRC.***

Em 29/03/2023 = nova ferramenta para CARGAS e CONSULTAS dos termos.

Todos os RCPNS deverão enviar para a CRC NACIONAL os termos lavrados.

Todos os RCPN deverão consultar a CRC NACIONAL antes de lavrar termos declaratórios = verificar se já houve termo lavrado.

Acesso ao módulo = link exclusivo na CRC = “Acessos Rápidos”, ou no endereço https://uniaoestavel.registrocivil.org.br. A aplicação acessada com a utilização da Identidade do Registro Civil – IdRC.

Ver manual operacional e vídeo IdRC: https://youtu.be/AeK5MA-8Wes

***§ 3.º Por ser facultativo, o registro do termo declaratório dependerá de requerimento conjunto dos companheiros.***

Registro facultativo, mas é o que dá efeito perante 3° e permite mudança de sobrenome para adotar o do companheiro.

Se no próprio termo ou na própria escritura já constar o requerimento de registro no Livro E, FICA DISPENSADO NOVO REQUERIMENTO FEITO AO OFICIAL COMPETENTE PARA REGISTRO NO LIVRO E.

O Oficial de Registro que lavrou o termo ou o tabelião que lavrou a escritura TÊM FÉ PÚBLICA, de modo que esse requerimento é suficiente para que seja lavrado o registro no Livro E.

***§ 4.º Quando requerido, o oficial que formalizou o termo declaratório deverá encaminhar o título para registro ao ofício competente, por meio da CRC.***

***§ 5.º É vedada a lavratura de termo declaratório de união estável havendo um anterior lavrado com os mesmos companheiros, devendo o oficial consultar a CRC previamente à lavratura e consignar o resultado no termo.***

Se qualquer dos companheiros já houver lavrado termo e não constar sua dissolução, não poderá ser lavrado novo termo.

***§ 6.º Enquanto não for editada legislação específica no âmbito dos estados e do Distrito Federal, o valor dos emolumentos para:***

***I - os termos declaratórios de reconhecimento ou de dissolução da união estável será de 50% do valor previsto para o procedimento de habilitação de casamento; e***

***II — o procedimento de certificação eletrônica da união estável será de 50% do valor previsto para o procedimento de habilitação de casamento.***

Aviso nº 32/CGJ/2023 e Anexo único – Criou os códigos fiscais e valores para os atos.

Portaria nº 7.616/CGJ/2023 – Altera a Tabela 7, para excluir a orientação contida no item 17.

***§ 7.º A certidão de que trata o § 1.º deste artigo é título hábil à formalização da partilha de bens realizada no termo declaratório perante órgãos registrais, respeitada, porém, a obrigatoriedade de escritura pública nas hipóteses legais, como na do***[***art. 108 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil)***](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm)***.***

***Art. 539. O registro dos títulos de declaração de reconhecimento ou de dissolução da união estável será feito no Livro E do registro civil de pessoas naturais em que os companheiros têm ou tiveram sua última residência, e dele deverão constar, no mínimo:***

O artigo trata sobre o registro dos títulos de reconhecimento e dissolução da União Estável.

Competência – 1º Subdistrito em que os companheiros têm ou tiveram sua última residência.

1. Companheiros falecidos:

No caso de companheiros falecidos que possuem os títulos (sentença da UE ou escritura pública de UE) deverá observar as seguintes regras:

**Enunciados de registro da união estável no Livro E da Comissão de Enunciados do Recivil**

**ENUNCIADO 9:** É possível registrar a escritura pública de união estável lavrada em vida ou o título judicial de união estável, no 1º Subdistrito ou da sede da Comarca em que os companheiros têm ou tiveram seu último domicílio, mesmo que um dos companheiros, na data do registro, já tenha falecido, sendo anotado o óbito imediatamente após o registro da união estável.(Fundamentação: Art. 665 e 666 Provimento Conjunto Nº 93/2020).

**ENUNCIADO 9.1:** Para o registro, será exigido o requerimento assinado pelo companheiro sobrevivente em conjunto com todos os herdeiros ou com o inventariante.

**ENUNCIADO 10:** Se ambos os companheiros já forem falecidos, o inventariante ou todos os herdeiros em conjunto poderão requerer o registro do título no Livro “E” do 1º Subdistrito da Comarca em que os companheiros tiveram seu último domicílio, mesmo que por e-protocolo.

**ENUNCIADO 10.1:** Se houver curatela para um ou ambos os companheiros, poderão requerer o registro o curador em conjunto com todos os filhos ou herdeiros.

**ATENÇÃO:**

Esse entendimento não se aplica ao registro do termo declaratório que exige requerimento de ambos os companheiros, de acordo com o art. 538, §3° do Provimento 149 do CNJ.

Bem como, quando um dos companheiros falecido deixar herdeiros menores e/ou incapazes.

Nesses casos será necessária a autorização do Juiz competente, pelo procedimento de suscitação de dúvida - art. 150 e seguintes do Provimento 93/CGJ/2020 (Vara de Registros Públicos e quando não houver, distribuída entre as Varas Cíveis da Comarca).

Sugerimos lavrar a Ata Notarial que comprove que estavam juntos até a da data do falecimento de um deles, e encaminhar juntamente com a sentença da UE ou escritura publica de UE.

1. Companheiros **no** exterior:

Quando pelos menos um dos companheiros for brasileiro, os títulos poderão ser levados a registro no Livro E do registro civil de pessoas naturais em que qualquer dos companheiros tem ou tenha tido sua última residência no território nacional – Art. 94-A, §2° da Lei 6.015/73.

1. Registro de dissolução:

O registro da dissolução da união estável será feito no 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais em que os companheiros tiveram **conjuntamente** sua **última residência**.

***I — as informações indicadas nos***[***incisos I a VIII do art. 94-A da Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973***](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015compilada.htm)***;***

Orientar a comunicação e anotação nos termos do IV do 94-A da Lei 6015/73.

Quando da apresentação do título (sentença, escritura pública, instrumento particular registrado no RTD, este último antes da publicação do Prov. 141 do CNJ e termo declaratório) deverá ser analisado o estado civil e a idade dos companheiros e a incidência ou não das causas suspensivas, para a devida apuração do regime de bens vigente no período e ainda o que será incluído no registro.

QUESTÃO DA IDADE E DO REGIME DE BENS: Poderá o casal escolher o regime de bens no caso de já existir a união estável antes da idade fixada como limite pela lei, para não incidência da separação obrigatória (ver tabela): DESDE QUE O TÍTULO TENHA SIDO LAVRADO EM DATA ANTERIOR AO LIMITE OU QUE SEJA FEITA CERTIFICAÇÃO ELETRÔNICA PROVANDO A DATA DO INÍCIO DA UE.

Lembrar que, depois do acórdão do STF que deu origem ao tema 1.236, da repercussão geral, o regime da separação obrigatória de bens não é mais obrigatório para o maior de 70 anos, que pode, mediante escritura pública ou termo declaratório, escolher outro regime que valerá a partir da data da opção:

TEMA 1.236 DA REPERCUSSÃO GERAL DO STF: “Nos casamentos e uniões estáveis envolvendo pessoa maior de 70 anos, o regime de separação de bens previsto no artigo 1.641, II, do Código Civil, pode ser afastado por expressa manifestação de vontade das partes mediante escritura pública".

|  |  |
| --- | --- |
| PERÍODO DO INICIO DA UNIÃO ESTÁVEL | IDADE DOS COMPANHEIROS NO INÍCIO DA UNIÃO ESTÁVEL |
| Até 26/12/1977 – (art. 258, CC 1916) | DO MAIOR DE 60 E DA MAIOR DE 50 ANOS |
| De 27/12/1977 a 09/01/2003 - (art. 258, CC 1916) | DO MAIOR DE 60 E DA MAIOR DE 50 ANOS |
| De 10/01/2003 a 09/12/2010 – (art. 1.641, CC 2002) | DA PESSOA MAIOR DE 60 ANOS |
| De 10/12/2010 até a presente data – (art. 1.641, CC 2002) | DA PESSOA MAIOR DE 70 ANOS |

Se no título apresentado para o registro não constar o regime de bens, não será necessária nota de devolução, podendo o regime ser definido como comunhão parcial de bens ou separação obrigatória, conforme o caso, diretamente perante o Oficial de RCPN, em requerimento separado, que será arquivado.

O Provimento 149 do CNJ expressamente reconheceu que é aplicável o regime da separação obrigatória para a União Estável nas mesmas hipóteses em que esse regime seria aplicado ao casamento.

* Enunciado 261, da III Jornada de Direito Civil:

“A obrigatoriedade do regime da separação de bens não se aplica a pessoa maior de sessenta anos (hoje 70), quando o casamento for precedido de união estável iniciada antes dessa idade.”

ATENÇÃO: Seja para o registro ou termo declaratório de U.E., independente do regime bens, NÃO será exigido o pacto antenupcial – o regime de bens é escolhido na escritura pública ou no termo de união estável. Pacto antenupcial se exige apenas para o casamento.

Se, no título apresentado para o registro, não constar **o nome que os companheiros passarão a ter em virtude da união estável**, não será necessária nota de devolução, podendo ser feito requerimento, em separado, diretamente perante o Oficial de RCPN, que será arquivado.

***II — data do termo declaratório e serventia de registro civil das pessoas naturais em que formalizado, quando for o caso;***

***III — caso se trate da hipótese do***[***§ 2.º do art. 94-A da Lei n. 6.015, de 1973***](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015compilada.htm)***:***

***a) a indicação do país em que foi lavrado o título estrangeiro envolvendo união estável com, ao menos, um brasileiro; e***

***b) a indicação do país em que os companheiros tinham domicílio ao tempo do início da união estável e, no caso de serem diferentes, a indicação do primeiro domicílio convivencial.***

***IV — data de início e de fim da união estável, desde que corresponda à data indicada na forma autorizada na forma deste Capítulo.***

***§ 1.º Na hipótese do inciso III deste artigo, somente será admitido o registro de título estrangeiro, se este expressamente referir-se à união estável regida pela legislação brasileira ou se houver sentença de juízo brasileiro reconhecendo a equivalência do instituto estrangeiro.***

***§ 2.º Havendo a inviabilidade do registro do título estrangeiro, é admitido que os companheiros registrem um título brasileiro de declaração de reconhecimento ou de dissolução de união estável, ainda que este consigne o histórico jurídico transnacional do convívio more uxorio.***

***§3.º Odispostono***[***§ 3º do art. 94-A da Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973***](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015compilada.htm)***, não afasta, conforme o caso, a exigência do registro da tradução na forma do***[***art. 148 da Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973***](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015compilada.htm)***, nem a prévia homologação da sentença estrangeira.***

***Art. 540. Serão arquivados pelo oficial de registro civil, em meio físico ou mídia digital segura, os documentos apresentados para o registro da união estável e de sua dissolução, com referência do arquivamento à margem do respectivo assento, de forma a permitir sua localização.***

***Art. 541. Na hipótese de o título não mencionar o estado civil e não haver indicações acerca dos assentos de nascimento, de casamento ou de união estável das partes (***[***art. 94-A, II e IV, da Lei n. 6.015, de 1973***](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015compilada.htm)***), o registrador deverá obter essas informações para a lavratura do registro mediante as seguintes providências:***

Os títulos mencionados no art. 541 do Provimento 149 do CNJ são a SENTENÇA ou a ESCRITURA DE UNIÃO ESTÁVEL ou o TERMO DECLARATÓRIO.

***I — exigir a apresentação, no prazo de 15 dias, das certidões atualizadas dos referidos assentos, desde que esses assentos tenham sido lavrados em outra serventia; ou***

Essas certidões atualizadas (90 dias) são apenas as referentes ao ESTADO CIVIL ATUAIS de AMBOS OS CONVIVENTES (nascimento – se solteiro; casamento - se separado judicialmente/extrajudicialmente ou divorciado ou viúvo; E união estável com averbação da dissolução – se for o caso).

***II — consultar os referidos assentos no próprio acervo, se for o caso.***

Consultar os referidos assentos no próprio acervo, se for o caso.

No caso de o assento ser do próprio acervo, deverá ser feita a busca e arquivada no procedimento (a busca é cobrada conforme a tabela de emolumentos, se a pessoa levar a certidão não precisa cobra a busca).

Na hipótese de haver sentença judicial reconhecendo a união estável, apresentar a certidão conforme estado civil atual, mesmo para a pessoa casada separada de fato. É importante a ressalva, que poderá ser registrada a UE, reconhecida por sentença judicial, de pessoa casada, mas separada de fato (art.545 do Provimento 149 CNJ).

***Parágrafo único. Considera-se atualizada a certidão expedida há, no máximo, 90 dias.***

***Art. 542. O registro da sentença declaratória da união estável, ou de sua dissolução não altera os efeitos da coisa julgada, previstos no***[***art. 506 do Código de Processo Civil***](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm)***.***

Lei nº 13.105/2015 - Código de Processo Civil

Art. 506. A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não prejudicando terceiros.

***Art. 543. O oficial deverá anotar o registro da união estável nos atos anteriores, com remissões recíprocas, se lançados em seu Registro Civil das Pessoas Naturais, ou comunicá-lo ao oficial do registro civil das pessoas naturais em que estiverem os registros primitivos dos companheiros.***

O Oficial deverá anotar o registro da união estável nos atos anteriores (nascimento/casamento/óbito), conforme regra geral do art. 106 da Lei 6015/73.

***§ 1.º O oficial anotará, no registro da união estável, o óbito, o casamento, a constituição de nova união estável e a interdição dos companheiros, que lhe serão comunicados pelo oficial de registro que realizar esses registros, se distinto, fazendo constar o conteúdo dessas averbações em todas as certidões que forem expedidas.***

O Oficial do Livro E deverá anotar o casamento, a constituição de nova união estável (desde que previamente dissolvida a união estável anterior, mediante averbação) e a interdição dos companheiros, bem como o óbito dos companheiros.

***§ 2.º As comunicações previstas neste artigo deverão ser efetuadas por meio da CRC.***

***Art. 544. Não é exigível o prévio registro da união estável para que seja registrada a sua dissolução, devendo, nessa hipótese, constar do registro somente a data da escritura pública de dissolução.***

Apesar de a norma não exigir, é importante advertir as partes de que os efeitos perante terceiros ocorrem com o prévio registro da UE, para após ser averbada a dissolução da UE.

Logo, é muito relevante que seja feito o registro da união estável, inclusive, se for o caso, com a certificação da data de início e, a seguir, averbar a dissolução, cujo título pode ser a escritura ou termo declaratório ou a sentença.

Também para a dissolução, deve ser esclarecido às partes que é recomendável fazer a certificação da data de extinção da união - se anterior à data do título - para que conste no Livro E.

***§ 1.º Se existente o prévio registro da união estável, a sua dissolução será averbada à margem daquele ato.***

***§ 2.º Contendo a sentença em que declarada a dissolução da união estável a menção ao período em que foi mantida, deverá ser promovido o registro da referida união estável e, na sequência, a averbação de sua dissolução.***

A sentença pode determinar a data de início e fim da união estável. Já para o termo declaratório ou a escritura pública de dissolução, para que conste no registro a data de início e a data de extinção da união, se anterior à data do título, deve haver prévia certificação dessas datas.

Assim contendo a sentença, ou o termo declaratório/escritura pública (ambos com certificação eletrônica) em que for declarada a dissolução da união estável com a data de início e sua dissolução, deverá ser promovido o prévio registro da referida união estável e, na sequência, a averbação da sua dissolução.

***Art. 545. Não poderá ser promovido o registro, no Livro E, de união estável de pessoas casadas, ainda que separadas de fato, exceto se separadas judicialmente ou extrajudicialmente, ou se a declaração da união estável decorrer de sentença judicial transitada em julgado.***

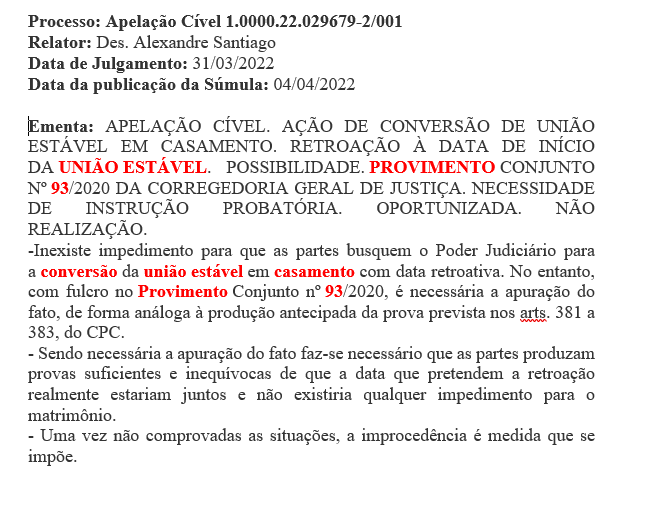
***Parágrafo único. Na hipótese de pessoas indicadas como casadas no título, a comprovação da separação judicial ou extrajudicial poderá ser feita até a data da prenotação desse título, hipótese em que o registro deverá mencionar expressamente essa circunstância e o documento comprobatório apresentado.***

Na hipótese de pessoas indicadas como casadas no título, a comprovação da separação judicial ou extrajudicial; divórcio ou viuvez poderá ser feita até a data da prenotação desse título, hipótese em que o registro deverá mencionar expressamente essa circunstância e o documento comprobatório apresentado.

Documentos comprobatórios: certidão de casamento com averbação da separação ou divórcio ou anotação do óbito ou certidão de óbito do cônjuge falecido.

**Atenção: Entendemos que o correto, de acordo com o Provimento 149/CNJ, não é RETROAGIR o casamento à data do início da união estável, mas sim RECONHECER esse período anterior, que não era de casamento, mas sim de união estável.**

**No entanto, pode ser que haja SENTENÇA determinando a RETROAÇÃO DO CASAMENTO À DATA DE INÍCIO DA UNIÃO ESTÁVEL, com se observa da ementa abaixo. Se a SENTENÇA determinar a RETROAÇÃO, para fins de conversão de união estável em casamento, não será possível registrar sentença retroagindo efeitos no período em que o convivente era ainda casado. Assim, deverá ser feita nota de devolução, esclarecendo ao juiz que a RETROAÇÃO somente pode ocorrer para o período posterior ao divórcio. Pode também ser esclarecido ao juiz que constar a data de início da união estável será possível, MAS NÃO SERÁ UMA RETROAÇÃO.**

****

**Por outro, lado, SEMPRE SERÁ POSSÍVEL FAZER A CERTIFICAÇÃO DA DATA DE INÍCIO DA UNIÃO. Se ela for feita, essa data de início da união estável pode e deve constar TANTO no registro da união estável no livro E quanto no registro da conversão de união estável em casamento.**

**Lembrando que UMA COISA É A UNIÃO ESTÁVEL, cuja existência terá efeitos perante terceiros com a sua menção no registro – OUTRA COISA É O CASAMENTO.**

**Na conversão da união estável em casamento, no nosso entendimento, a data a partir da qual se considera que houve o casamento deve ser a data DO REQUERIMENTO, constante do processo de habilitação da conversão da união estável em casamento. (observar o parágrafo único do art. 545)**

***Art. 546. Em todas as certidões relativas ao registro de união estável no Livro “E” constará advertência expressa de que esse registro não produz os efeitos da conversão da união estável em casamento.***

Em todos os registros e certidões relativas à união estável no Livro “E” constará advertência expressa de que esse registro ou certidão não produz os efeitos da conversão da união estável em casamento. (Art. 672 CN).

**DA ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS NA UNIÃO ESTÁVEL**

***Art. 547. É admissível o processamento do requerimento de ambos os companheiros para a alteração de regime de bens no registro de união estável diretamente perante o registro civil das pessoas naturais, desde que o requerimento tenha sido formalizado pelos companheiros pessoalmente perante o registrador ou por meio de procuração por instrumento público.***

**Alteração de regime de bens no registro da U.E.**

- a requerimento de **ambos** os companheiros;

- pessoalmente ou por procuração por instrumento público, com poderes específicos, inclusive, se for o caso, deverá constar os parâmetros para a partilha de bens;

- **recomenda-se** fazer a partilha quando da alteração do regime de bens.

**ATENÇÃO**

- pode ser realizado o procedimento em qualquer RCPN.

O RCPN do procedimento enviará ao colega do Livro E o procedimento via e-protocolo.

**O RCPN não pode mudar o regime de bens do casamento! Para o casamento, ainda necessária decisão judicial.**

***§ 1.º O oficial averbará a alteração do regime de bens à vista do requerimento de que trata o caput deste artigo, consignando expressamente o seguinte: “a alteração do regime de bens não prejudicará terceiros de boa- fé, inclusive os credores dos companheiros cujos créditos já existiam antes da alteração do regime”.***

§1° e §5º - Modelo para averbação no livro e na certidão

Aos \_/\_/\_, nos termos do art. 547, §§1º e 5º do Provimento 149 do CNJ e do procedimento administrativo nº \_\_, procedo à averbação da alteração do regime de bens da (regime anterior) \_\_\_\_\_\_ passando a ser da (novo regime) \_\_\_\_\_, no registro da união estável de \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_\_ junto a Serventia \_\_\_\_\_\_ (Registro Civil processante), com partilha de bens (se for o caso). A alteração do regime de bens não prejudicará terceiros de boa-fé, inclusive os credores dos companheiros cujos créditos já existiam antes da alteração do regime de bens.

***§ 2.º Na hipótese de a certidão de interdições ser positiva, a alteração de regime de bens deverá ocorrer por meio de processo judicial.***

Se a pessoa for interditada, não poderá fazer o procedimento de alteração de regime de bens perante o RCPN, será JUDICIAL.

***§ 3.º Quando no requerimento de alteração de regime de bens houver proposta de partilha de bens — respeitada a obrigatoriedade de escritura pública nas hipóteses legais, como na do***[***art. 108 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil)***](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm)***— e/ou quando as certidões dos distribuidores de feitos judiciais cíveis e de execução fiscal, da Justiça do Trabalho e dos tabelionatos de protestos forem positivas, os companheiros deverão estar assistidos por advogado ou defensor público, assinando com este o pedido.***

**ATENÇÃO:** necessidade de advogado apenas quando:

**A)** no requerimento de alteração de regime de bens houver proposta de partilha de bens;

**B)** quando as certidões mencionadas nos incisos I a III do art. 547 do Provimento 149 CNJ forem positivas:

I - certidão do distribuidor cível e execução fiscal do local de residência dos últimos cinco anos (estadual/federal);

II - certidão dos tabelionatos de protestos do local de residência dos últimos cinco anos;

III - certidão da Justiça do Trabalho do local de residência dos últimos cinco anos;

***§ 4.º O novo regime de bens produzirá efeitos a contar da respectiva averbação no registro da união estável, não retroagindo aos bens adquiridos anteriormente em nenhuma hipótese, em virtude dessa alteração, observado que, se o regime escolhido for o da comunhão universal de bens, os seus efeitos atingem todos os bens existentes no momento da alteração, ressalvados os direitos de terceiros.***

O novo regime de bens escolhido produzirá efeitos a contar da respectiva averbação no registro da união estável, NÃO retroagindo aos bens adquiridos anteriormente.

Já se o regime escolhido for o da comunhão universal, todos os bens, passados, presentes e futuros se comunicam, é uma exceção à regra.

REsp 1.671.422 - 26/04/2023 = isso não quer dizer que a mudança de regime tem efeitos *ex tunc*, mas apenas que a comunhão universal, pelo próprio regime, alcança todos os bens.

**ATENÇÃO!**

Se for obrigatório o regime da separação, não cabe alteração do regime de bens, exceto se já houver superado a causa suspensiva OU para os maiores de 70 anos que queiram regime diverso da separação obrigatória, porque agora podem escolher (Tema 1.236 da repercussão geral/STF)

\* (art. 547, § 4º Provimento 149 CNJ) Não se impõe o regime de separação legal de bens, previsto no art. 1.641, inciso I, da Lei nº 10.406, de 2002, se superada a causa suspensiva do casamento quando da conversão.

Para afastar a separação obrigatória, o Provimento 149 CNJ, art. 537,§4°, EXIGE CERTIFICAÇÃO ELETRÔNICA ou SENTENÇA JUDICIAL ou EXISTÊNCIA DE ESCRITURA DE U.E. da época = art. 550, § 3º - Não se aplica o regime da separação obrigatória SE INEXISTIA OBRIGATORIEDADE NA DATA INDICADA COMO DE INÍCIO DA U.E., “na forma do inciso III do art. 549 deste Provimento OU se houver decisão judicial em sentido contrário.” (**Ver tabela do Art. 539, I.)**

**A- Passo a passo para o procedimento de alteração de regime de bens:**

**1º) requerimento assinado pelas partes ou procuradores por instrumento público, com os seguintes documentos relativos à residência dos requerentes nos últimos 5 anos: I — certidão do distribuidor cível e execução fiscal; II — certidão dos tabelionatos de protestos; III — certidão da Justiça do Trabalho do local de residência dos últimos cinco anos; IV — certidão de interdições perante o 1.º ofício de registro civil das pessoas naturais;  V — conforme o caso, proposta de partilha de bens — respeitada a obrigatoriedade de escritura pública nas hipóteses legais (bens imóveis valor superior a 30 SM) —, ou declaração de que por ora não desejam realizá-la, ou, ainda, declaração de que inexistem bens a partilhar. LEMBRAR DA NECESSIDADE DE ADVOGADO SE ALGUMA DAS CERTIDÕES FOR POSITIVA!**

**2º) deferimento da alteração do regime de bens pelo oficial a quem foi apresentado o pedido, se presentes todos os requisitos do art. 548 Provimento 149 CNJ;**

**3º) se feito procedimento por oficial que não possui o Livro E, remessa do procedimento pelo Oficial que o realizou para o RCPN do Livro E, via e-protocolo (art. 547, § 6º O requerimento de que trata este artigo pode ser processado perante o ofício de registro civil das pessoas naturais de livre escolha dos companheiros, hipótese em que caberá ao oficial que recepcionou o pedido encaminhá-lo ao ofício competente por meio da CRC).**

**4ª) averbação da alteração de regime de bens.**

**B- Passo a passo para o procedimento de alteração de regime de bens com partilha QUE NÃO ENVOLVA BENS IMÓVEIS DE VALOR SUPERIOR A 30 SM\* (sugestão da Comissão de Enunciados RECIVIL/COLÉGIO REGISTRAL MG):**

**1º) requerimento com a proposta de partilha, assinado pelas partes ou procuradores por instrumento público e pelo advogado;**

**2º) deferimento da alteração do regime de bens pelo oficial a quem foi apresentado o pedido, se presentes todos os requisitos do art. 548 Provimento 149 CNJ;**

**3º) elaboração de uma certidão de procedimento integral para entrega ao advogado, a fim de que ele providencie a Declaração de Bens e Direitos - DBD perante a SEF e providencie em seguida a partilha;**

**4º) elaboração pelo RCPN da partilha, que deverá ser assinada pelas partes, pelo advogado e pelo Oficial = partilha TEM QUE OBSERVAR a DBD;**

**5º) se feito procedimento por oficial que não possui o Livro E, remessa do procedimento pelo Oficial que o realizou para o RCPN do Livro E, via e-protocolo (art. 547, § 6º O requerimento de que trata este artigo pode ser processado perante o ofício de registro civil das pessoas naturais de livre escolha dos companheiros, hipótese em que caberá ao oficial que recepcionou o pedido encaminhá-lo ao ofício competente por meio da CRC).**

**6ª) averbação da alteração de regime de bens.**

**\*ATENÇÃO: PARTILHA SÓ PODE SER FEITO PELO RCPN SE NÃO ENVOLVER BENS IMÓVEIS DE VALOR SUPERIOR A 30SM. (Art. 538, § 7º do Prov. 149/CNJ)**

**C- Passo a passo para o procedimento de alteração de regime de bens com partilha QUE ENVOLVA BENS IMÓVEIS DE VALOR SUPERIOR A 30 SM\* (sugestão da Comissão de Enunciados RECIVIL/COLÉGIO REGISTRAL MG):**

**1º) requerimento com a proposta de partilha, assinado pelas partes ou procuradores por instrumento público e pelo advogado;**

**2º) deferimento da alteração do regime de bens pelo oficial a quem foi apresentado o pedido, se presentes todos os requisitos do art. 548 Provimento 149 CNJ;**

**3º) elaboração de uma certidão de procedimento integral para entrega ao advogado, a fim de que ele providencie a Declaração de Bens e Direitos - DBD perante a SEF e providencie em seguida a partilha;**

**4º) partilha deverá ser lavrada por escritura no tabelionato de Notas e a escritura deverá ser apresentada ao Oficial do RCPN que está processando a alteração do regime de bens para juntada ao procedimento;**

**5º) se feito procedimento por oficial que não possui o Livro E, remessa do procedimento pelo Oficial que o realizou para o RCPN do Livro E, via e-protocolo (art. 547, § 6º O requerimento de que trata este artigo pode ser processado perante o ofício de registro civil das pessoas naturais de livre escolha dos companheiros, hipótese em que caberá ao oficial que recepcionou o pedido encaminhá-lo ao ofício competente por meio da CRC).**

**6ª) averbação da alteração de regime de bens.**

**\*ATENÇÃO: PARTILHA SÓ PODE SER FEITO PELO RCPN SE NÃO ENVOLVER BENS IMÓVEIS DE VALOR SUPERIOR A 30SM. (Art. 538, § 7º do Prov. 149/CNJ)**

***§ 5.º A averbação de alteração de regime de bens no registro da união estável informará o regime anterior, a data de averbação, o número do procedimento administrativo, o registro civil processante e, se houver, a realização da partilha.***

A averbação de alteração de regime de bens no registro da união estável informará: 1- o regime anterior à alteração, 2- o novo regime decorrente do procedimento de alteração, 3- a data de averbação, 4- o número do procedimento administrativo, 5- o registro civil processante, 6- se houver, a realização da partilha.

Na averbação da União Estável e na certidão deverá constar a seguinte observação: “a alteração do regime de bens não prejudicará terceiros de boa- fé, inclusive os credores dos companheiros cujos créditos já existiam antes da alteração do regime”.

(Art. 547, §§ 1.º e 5º do Prov. 149/CNJ)

***§ 6.º O requerimento de que trata este artigo pode ser processado perante o ofício de registro civil das pessoas naturais de livre escolha dos companheiros, hipótese em que caberá ao oficial que recepcionou o pedido encaminhá-lo ao ofício competente por meio da CRC.***

***§ 7.º Enquanto não for editada legislação específica no âmbito dos estados e do Distrito Federal, o valor dos emolumentos para o processamento do requerimento de alteração de regime de bens no registro da união estável corresponderá ao valor previsto para o procedimento de habilitação de casamento.***

O § 7º trata da hipótese de cobrança quando NÃO HOUVER LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA no que se refere à alteração de regime de bens.

Em MG, O Aviso 32/CGJ/2023 criou os códigos fiscais para os atos do antigo Provimento 141 do CNJ, dispondo o seguinte no inciso V sobre a alteração de regime de bens no registro da união estável: *V - para o processamento do requerimento de alteração de regime de bens no registro da união estável* ***deve ser utilizado o código fiscal 7170*** *(17 - Pela autuação e acompanhamento de outros procedimentos de jurisdição voluntária, incluindo todas as petições, requerimentos e diligências, remessa dos autos ao Ministério Público e ao Juízo competente, excluídas as despesas com a eventual publicação de edital em órgão da imprensa, bem como os arquivamentos de todas as folhas que compõem o procedimento, como o requerimento, as certificações de aberturas de vistas e recebimentos dos autos, a manifestação do Ministério Público e qualquer outra manifestação das partes ou do Juízo competente; excluídas, ainda, as respectivas certidões e o respectivo registro ou averbação);* **NO ENTANTO, ESSE ITEM DA LEI FOI REVOGADO EM DEZEMBRO DE 2023. A PARTIR DE ENTÃO, ENTENDEMOS APLICÁVEL O PROCEDIMENTO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO PARA A ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS.**

De fato, a Lei 24.632/2023 que alterou a Lei 15.424/04, revogou o item 17 da Tabela 7 de Emolumentos:

*Art. 19 – Ficam revogados os seguintes dispositivos da*[*Lei nº 15.424, de 2004*](https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=15424&ano=2004&tipo=LEI)*:*

*(...)*

*VI – os itens 6, 16 e 17 da Tabela 7 do Anexo.*

**Assim, A LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA PARA ALTERAÇÃO DE REGIME em MG, a partir de janeiro de 2024, será o procedimento de RETIFICAÇÃO, o código será o 7150, além dos itens 7402 + 7802 + 7901 + 8101.**

***§ 8.º Quando processado perante serventia diversa daquela em que consta o registro da união estável, deverá o procedimento ser encaminhado ao ofício competente, por meio da CRC, para que se proceda à respectiva averbação.***

A remessa quando o procedimento for feito em outro cartório SEMPRE será via e-protocolo, da CRC.

***Art. 548. Para instrução do procedimento de alteração de regime de bens, o oficial exigirá a apresentação dos seguintes documentos:***

***I — certidão do distribuidor cível e execução fiscal do local de residência dos últimos cinco anos (estadual/federal);***

***II — certidão dos tabelionatos de protestos do local de residência dos últimos cinco anos;***

***III — certidão da Justiça do Trabalho do local de residência dos últimos cinco anos;***

***IV — certidão de interdições perante o 1.º ofício de registro civil das pessoas naturais do local da residência dos interessados dos últimos cinco anos; e V — conforme o caso, proposta de partilha de bens — respeitada a obrigatoriedade de escritura pública nas hipóteses legais, como na do***[***art. 108 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil)***](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm)***—, ou declaração de que por ora não desejam realizá-la, ou, ainda, declaração de que inexistem bens a partilhar.***

**DA CONVERSÃO DA UNIÃO ESTÁVEL EM CASAMENTO**

***Art. 549. No assento de conversão de união estável em casamento, deverá constar os requisitos do***[***art. 70 e art. 70-A, § 4.º, da Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973***](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015compilada.htm)***, além, se for o caso, destes dados:***

Se a conversão de união estável em casamento ocorrer com reconhecimento da data de início da união estável, constarão no assento os requisitos indicados nos arts. 70 e 70-A, §4° da Lei 6.015/73.

Recebido o requerimento, será iniciado o processo de habilitação sob o mesmo rito previsto para o casamento e deverá constar dos proclamas que se trata de conversão de união estável em casamento. (art. 70-A, §1º LRP)

Na conversão **COM RECONHECIMENTO DA DATA DE INÍCIO DA U.E.,** deverão ser apresentados, além dos documentos do art. 587 do Provimento Conjunto 93/2020, ainda os seguintes documentos:

I – decisão judicial, respeitado, inclusive, o disposto no § 2º do art. 544 do Provimento 149 do CNJ **ou;**

II – decisão do procedimento de certificação eletrônica de união estável realizado perante oficial de registro civil na forma do art. 553 do Provimento 149 do CNJ, (ou certidão da respectiva decisão ou de todo procedimento da certificação quando realizado em outro RCPN), **ou;**

III – escrituras públicas ou termos declaratórios de reconhecimento de união estável, desde que a data de início da união estável corresponda à data da lavratura do instrumento e conste por declaração expressa dos companheiros esse fato no próprio instrumento **ou;**

IV – certidão da união estável registrada no Livro E, com indicação da data de início, devendo constar no assento da conversão a data do registro no livro E, com indicação de livro, folha e serventia e o título que deu origem ao registro (sentença, termo declaratório ou escritura), arquivando a certidão emitida pela serventia que fez o registro, constando a data de início.

***I — registro anterior da união estável, com especificação dos seus dados de identificação (data, livro, folha e ofício) e a individualização do título que lhe deu origem;***

***II — o regime de bens que vigorava ao tempo da união estável na hipótese de ter havido alteração no momento da conversão em casamento, desde que o referido regime estivesse indicado em anterior registro de união estável ou em um dos títulos admitidos para registro ou averbação na forma deste Capítulo;***

Apresentação de um dos títulos, como sentença declaratória, escritura pública ou termo declaratório e ainda certidão de registro de união estável no Livro E.

Se não constar o regime de bens em um dos títulos, constará no assento o regime legal vigente na UE (comunhão parcial ou separação obrigatória).

Se os nubentes, na conversão da união estável, pretenderem continuar com o mesmo regime de bens constante em um dos referidos títulos, basta incluir o regime no assento, não sendo necessária a lavratura de pacto uma vez que o título da UE vale como pacto.

# Para aprofundar no assunto: *“Artigo: A conversão da União Estável em Casamento e a dispensa de Pacto Antenupcial em caso de manutenção do regime vigente durante a convivência” -* Por Letícia Franco Maculan Assumpção

# (<https://recivil.com.br/artigo-a-conversao-da-uniao-estavel-em-casamento-e-a-dispensa-de-pacto-antenupcial-em-caso-de-manutencao-do-regime-vigente-durante-a-convivencia/>)

Se os nubentes pretenderem alterar o regime de bens constante em um dos títulos, farão a escolha do novo regime de bens na habilitação da conversão da união estável, por meio de pacto antenupcial ou por meio de opção no requerimento da habilitação pelo regime legal.

**Exemplo:** Se João e Maria optaram na escritura de U.E. pelo regime da separação de bens e agora, no casamento, querem quer vigore a comunhão parcial de bens, basta que no requerimento de conversão conste a opção pela comunhão parcial de bens (regime legal).

Para o período anterior ao título, mas declarado como inicio da união estável, e que só será reconhecido se houver certificação eletrônica, deverá constar no assento da conversão o seguinte: 1- regime de bens nesse período anterior ao título, que será o regime legal; 2- o regime escolhido no título, se for o caso, ou o regime legal, se não houve opção; 3- o regime que valerá após a conversão, se diverso daquele escolhido no título.

**Exemplo**: José e Ana já viviam juntos desde 2008 e compareceram ao cartório para lavrar escritura de U.E. em 2014. Na escritura optaram pelo regime da separação de bens e agora, na conversão da UE em casamento, querem quer vigore a comunhão parcial de bens.

Então são 3 regimes que constarão no assento, **se for feita a certificação desse período** desde 2008: 1- regime da comunhão parcial (se não for caso de separação obrigatória); 2- regime da separação de bens a partir de 2014; 3- comunhão parcial a partir da conversão.

Logo, tem que ter tópico específico no assento para o regime de bens escolhido na união estável SE FOR ALTERADO O REGIME PARA O PERÍODO POSTERIOR À CONVERSÃO EM CASAMENTO.

Se for mantido o regime escolhido/supletivo que vigorou na união estável, então constará só esse regime no assento.

O REGIME DE BENS NÃO RETROAGE - CONSIDERA-SE A DATA DA OPÇÃO, COM EXCEÇÃO DA COMUNHÃO UNIVERSAL, que atinge o período anterior ao título.

***III — a data de início da união estável, desde que observado o disposto neste Capítulo; e***

A data de início da união estável, quando houver:

* decisão judicial;
* procedimento de certificação eletrônica de união estável;
* escritura pública, desde que o início coincida com a lavratura;
* termo declaratório, desde que o início coincida com a lavratura;
* se não for um dos títulos acima, o oficial constará como “não informado”.

***IV — a seguinte advertência no caso de o regime de bens vigente durante a união estável ser diferente do adotado após a conversão desta em casamento: “este ato não prejudicará terceiros de boa-fé, inclusive os credores dos companheiros cujos créditos já existiam antes da alteração do regime”.***

Se o regime de bens da EU for alterado na Conversão em Casamento, o oficial constará no assento a advertência “*este ato não prejudicará terceiros de boa-fé, inclusive os credores dos companheiros cujos créditos já existiam antes da alteração do regime*”.

***Art. 550. O regime de bens na conversão da união estável em casamento observará os preceitos da lei civil, inclusive quanto à forma exigida para a escolha de regime de bens diverso do legal, nos moldes do***[***art. 1.640, parágrafo único, da Lei n. 10.406, de 2002 (Código Civil)***](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm)***.***

***§ 1.º A conversão da união estável em casamento implica a manutenção, para todos os efeitos, do regime de bens que existia no momento dessa conversão, salvo pacto antenupcial em sentido contrário.***

***§ 2.º Quando na conversão for adotado novo regime, será exigida a apresentação de pacto antenupcial, salvo se o novo regime for o da comunhão parcial de bens, hipótese em que se exigirá declaração expressa e específica dos companheiros nesse sentido.***

***§ 3.º Não se aplica o regime da separação legal de bens do***[***art. 1.641, inciso II, da Lei n. 10.406, de 2002***](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm)***, se inexistia essa obrigatoriedade na data a ser indicada como início da união estável no assento de conversão de união estável em casamento ou se houver decisão judicial em sentido contrário.***

***§ 4.º Não se impõe o regime de separação legal de bens, previsto no***[***art. 1.641, inciso I, da Lei n. 10.406, de 2002***](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm)***, se superada a causa suspensiva do casamento quando da conversão.***

***§ 5.º O regime de bens a ser indicado no assento de conversão de união estável em casamento deverá ser:***

***I — o mesmo do consignado:***

***a) em um dos títulos admitidos para registro ou averbação na forma deste Capítulo, se houver; ou***

***b) no pacto antenupcial ou na declaração de que trata o § 2.º deste artigo.***

***II — o regime da comunhão parcial de bens nas demais hipóteses.***

***§ 6.º Para efeito do***[***art. 1.657 do Código Civi***](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm)***l, o título a ser registradoem livro especial no Registro de Imóveis do domicílio do cônjuge será o pacto antenupcial ou, se este não houver na forma do § 1.º deste artigo, será um dos títulos admitidos neste Código para registro ou averbação em conjunto com a certidão da conversão da união estável em casamento.***

**Regime de bens na conversão da união estável em casamento:**

Manutenção do regime de bens que constar em qualquer um dos títulos dispensa escritura de pacto.

Adotado novo regime, diverso do legal e diverso daquele constante do título de UE, depende de pacto antenupcial.

Se na data de início da UE os conviventes não tinham atingido a idade limite fixada em lei para a separação obrigatória, essa imposição não se aplica na conversão da UE em casamento. Para tanto, é necessário que seja feita certificação eletrônica ou que o início da UE corresponda à data da lavratura do título ou que haja decisão judicial.

Não se impõe o regime de separação legal de bens, previsto no art. 1.641, inciso I, do Código Civil se superada a causa suspensiva do casamento quando da conversão.

**Exemplo**: Pedro e Josefina eram divorciados e não partilharam bens, Pedro passa a viver em união estável com Júnia e faz escritura - regime é o da separação obrigatória. Após, Pedro partilha os bens que tinha com Josefina e agora quer converter a UE em casamento com Júnia. Poderá então escolher qualquer regime de bens. No assento da conversão constarão: 1- que o regime na união estável era da separação obrigatória; 2- que no casamento vale o novo regime escolhido.

O §5º é um resumo do que já foi estudado.

***Art. 551. A conversão extrajudicial da união estável em casamento é facultativa e não obrigatória, cabendo sempre a via judicial, por exercício da autonomia privada das partes.***

Apesar de ser facultativa a conversão da união estável em casamento diretamente na Serventia, orientar as partes sobre as vantagens desse procedimento, considerando a possibilidade de haver o reconhecimento da data de início da união estável com a certificação eletrônica, de forma célere, eficaz e com segurança jurídica.

***Art. 552. O falecimento da parte no curso do procedimento de habilitação não impedirá a lavratura do assento de conversão de união estável em casamento, se estiver em termos o pedido (***[***art. 70-A, § 7.º, da Lei n. 6.015, de 1973***](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015compilada.htm)***).***

***Parágrafo único. Para efeito deste artigo, considera-se em termos o pedido quando houver pendências não essenciais, assim entendidas aquelas que não elidam a firmeza da vontade dos companheiros quanto à conversão e que possam ser sanadas pelos herdeiros do falecido.***

A manifestação de vontade da conversão da união em casamento é feita quando do requerimento do casal ao Oficial. Assim, se eles assinaram o requerimento, o curso do procedimento é automático, não importando que um deles ou ambos faleça antes de feito o registro do casamento.

Por isso, entendemos relevante que a data do requerimento conste no assento e também na certidão da conversão da união estável em casamento.

Na certidão em resumo, constará a data de requerimento no campo anotação/averbação, tendo em vista que não há campo específico para esse dado na referida certidão.

**DO PROCEDIMENTO DA CERTIFICAÇÃO ELETRÔNICA DA UNIÃO ESTÁVEL**

***Art. 553. O procedimento de certificação eletrônica de união estável realizado perante oficial de registro civil autoriza a indicação das datas de início e, se for o caso, de fim da união estável no registro e é de natureza facultativa (a***[***rt. 70-A, § 6.º, Lei n. 6.015, de 1973***](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015compilada.htm)***).***

A certificação eletrônica será um procedimento facultativo realizado em qualquer RCPN, para reconhecimento da data de início da união estável, seja na conversão da união estável em casamento ou no registro da união estável no Livro E.

**a) Art. 537, §4º, II –** § 4º O registro de reconhecimento ou de dissolução da união estável somente poderá indicar as datas de início ou de fim da união estável se estas constarem de um dos seguintes meios:

(...)

II – procedimento de certificação eletrônica de união estável realizado perante oficial de registro civil na forma deste Capítulo; ou

**b) Registro da união estável** - art. 539, IV data de início e de fim da união estável, desde que corresponda à data indicada na forma do art. 537, §§ 4º e 5º do Provimento 149 CNJ.

**c) Conversão da união estável em casamento** – art. 549, III No assento de conversão de união estável em casamento, deverá constar os requisitos dos [arts. 70 e 70-A, § 4º, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015compilada.htm" \t "_blank), além, se for o caso, destes dados:

Vide comentários do art. 537 do Prov 149 CNJ.

***§ 1.º O procedimento inicia-se com pedido expresso dos companheiros para que conste do registro as datas de início ou de fim da união estável, pedido que poderá ser eletrônico ou não.***

Para o **procedimento de certificação eletrônica**, será exigido requerimento **expresso dos companheiros** para que conste do registro da união estável no Livro E as datas de início ou de fim ou para que conste no Livro B, mediante conversão da união estável em casamento a data de início.

O requerimento poderá ser físico ou eletrônico, neste último caso assinado pelos requerentes ou pelo procurador, pelos meios oficiais reconhecidos em Lei (assinatura digital ICP-BRASIL ou gov.br ou e-notariado), enquanto não for implementada a assinatura com a IDRC.

Se formalizado por procurador, será exigido instrumento público ou particular com firma reconhecida e com poderes específicos para o ato.

O procurador pode apresentar o REQUERIMENTO, mas a entrevista terá que ser feita COM OS CONVIVENTES.

A entrevista, a critério das partes, poderá ser feita presencialmente ou por meio de videoconferência. Neste último caso, recomenda-se que seja capturada a imagem do depoente portando o documento de identificação.

O depoimento será tomado a termo pelo Oficial ou preposto e será colhida a assinatura física ou eletrônica de cada depoente.

***§ 2.º Para comprovar as datas de início ou, se for o caso, de fim da união estável, os companheiros valer-se-ão de todos os meios probatórios em direito admitidos.***

Segue sugestão de documentos, considerando o art. 22, §3º do Decreto 3.048/99 que aprova o Regulamento da Previdência Social:

1. Certidão de nascimento de filho havido em comum;

2. Apólice de seguro da qual conste o segurado como instituidor do seguro e a pessoa interessada como sua beneficiária;

3. Contrato de aluguel ou de financiamento de imóvel em nome de ambos;

4. Conta bancária conjunta ou cartão de crédito;

5. IRPF onde consta o companheiro como dependente;

6. Fotografias;

7. Escritura pública de união estável, termo declaratório de união estável, contrato particular de união estável, ata notarial;

8. Termo de celebração de casamento religioso, sem o registro civil;

9. Plano de saúde com um dos companheiros dependente;

10. Comprovante de mesmo endereço;

11. Declaração de testemunhas;

12. Registro em associação de qualquer natureza, onde conste o interessado como dependente do segurado.

***§ 3.º O registrador entrevistará os companheiros e, se houver, as testemunhas para verificar a plausibilidade do pedido.***

**a) Sugestão de perguntas para a entrevista com os companheiros:**

1- Desde quando o casal se apresenta como família?

2- Como começou?

3- Já firmaram algum documento reconhecendo a união estável?

4- Houve alguma comemoração ou celebração religiosa da união?

5- Tiveram filhos?

6- Residem no mesmo endereço? Em caso positivo desde quando?

7- A união persiste até a presente data?

8. Existe dependência declarada entre os companheiros perante algum órgão privado ou público?

9. Relate outras circunstâncias que podem demonstrar que o casal se apresenta como família.

10. Está ciente sobre a possibilidade de mudança de nome e dos ônus decorrentes dessa mudança, bem como da necessidade de registro no livro E para que a mudança tenha efetividade?

11. Está ciente da necessidade de registro no livro E para que a união estável tenha efeitos perante terceiros?

**b) Sugestão de perguntas para a entrevista com as testemunhas:**

1-Desde quando conhece o casal?

2-Desde quando o casal se apresenta como família?

3-Sabe se o casal tem filhos em comum?

4-Sabe se o casal já firmou algum documento reconhecendo a união estável?

5-Houve alguma comemoração ou celebração religiosa da união?

6-O casal reside no mesmo endereço? Em caso positivo, sabe desde quando?

7- A união estável persiste até a presente data?

8-Relate outras circunstâncias que podem demonstrar que o casal se apresenta como família

***§ 4.º A entrevista deverá ser reduzida a termo e assinada pelo registrador e pelos entrevistados.***

A assinatura no termo de entrevista poderá ser física ou eletrônica, conforme comentários do §1º deste artigo.

***§ 5.º Havendo suspeitas de falsidade da declaração ou de fraude, o registrador poderá exigir provas adicionais.***

Cabe ao oficial exigir provas adicionais também no caso de aquelas apresentadas serem insuficientes para formar o seu convencimento.

Sugere-se o seguinte modelo de decisão interlocutória:

**DECISÃO INTERLOCUTÓRIA DO OFICIAL**

Este Oficial, nos termos previstos no art. 553, §5º, do Provimento nº 149/CNJ, não se sentindo convencido dos fatos apresentados, uma vez que não foram apresentados documentos suficientes para dar segurança jurídica para certificar que vive em união estável com \_\_\_\_ desde //\_, determina a apresentação de provas adicionais no prazo de 15 (quinze) dias corridos.

Oficial do Registro Civil

***§ 6.º O registrador decidirá fundamentadamente o pedido.***

Sugere-se o seguinte modelo de decisão final:

**DECISÃO DO OFICIAL NO PROCEDIMENTO DE CERTIFICAÇÃO ELETRÔNICA DA UNIÃO ESTÁVEL**

Este Oficial, nos termos previstos no art. 553, § 6º do Provimento nº 149/CNJ, ATESTA a existência da união estável entre xxxx e xxx, já qualificados no requerimento do presente procedimento, desde xxxxxxxxx.

Ficam arquivados neste Cartório, os documentos colhidos na certificação da existência da união estável, da sua data de início e da duração da referida união até a presente data.

1-Depoimentos dos companheiros;

2-Depoimentos das testemunhas;

3-Xxxx

Local, data

Oficial de Registro

**(Será aqui na decisão a selagem)**

**(A decisão será enviada pelo e-protocolo ao Oficial que fará o registro no Livro-E)**

Como o Provimento não exige que seja expedida a certidão da certificação eletrônica, o Oficial, a requerimento das partes, expedirá a respectiva certidão que pode ser:

1. certidão de documento arquivado referente à decisão da certificação eletrônica, na qual será cotado o 7804; ou
2. certidão do procedimento da certificação eletrônica, com código fiscal 7804+7180 – Tributação 52

* Nesse último caso, serão cobrados os emolumentos referentes ao código 7804 (certidão de documento arquivado) acrescido do código 7180 de acordo com tantas páginas reproduzidas do procedimento de certificação eletrônica e selar na certidão na qual consta o termo de abertura.

***§ 7.º No caso de indeferimento do pedido, os companheiros poderão requerer ao registrador a suscitação de dúvida dentro do prazo de 15 dias da ciência, nos termos do***[***art. 198 e art. 296 da Lei n. 6.015, de 1973***](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015compilada.htm)***.***

Sugere-se o seguinte modelo de decisão de indeferimento:

**INDEFERIMENTO - DECISÃO FINAL DO OFICIAL NO PROCEDIMENTO DE CERTIFICAÇÃO ELETRÔNICA DA UNIÃO ESTÁVEL**

Este Oficial, nos termos previstos no art. 553, §§ 6º e 7°, do Provimento nº 149/CNJ, não se sentindo convencido dos fatos apresentados, uma vez que não foram apresentados documentos suficientes para dar segurança jurídica para certificar que o casal vive em união estável desde \_\_/\_\_/\_\_, decide pelo indeferimento.

Assim, podem as partes requerer ao registrador a suscitação de dúvida, dentro do prazo de 15 dias (corridos) da ciência.

\_\_\_\_

Oficial do Registro Civil

***§ 8.º O registrador deverá arquivar os autos do procedimento.***

O RCPN que elaborou o procedimento de certificação arquivará todos os documentos.

Já o cartório que proceder ao registro no Livro E não precisa arquivar toda a documentação do procedimento novamente, arquivará apenas a decisão da certificação eletrônica, se enviada pelo e-protocolo ou a certidão da decisão da certificação eletrônica, se entregue diretamente pelas partes.

***§ 9.º É dispensado o procedimento de certificação eletrônica de união estável nas hipóteses em que este Capítulo admite a indicação das datas de início e de fim da união estável no registro de reconhecimento ou de dissolução da união estável.***

Dispensa a certificação eletrônica, no caso de sentença de reconhecimento de união estável ou quando o início da união estável for a mesma da data da lavratura do termo declaratório ou da escritura pública.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**QUESTÕES RELEVANTES SOBRE A UNIÃO ESTÁVEL**

1. **PERGUNTA:** Como fazer nos registros anteriores de **conversão de união estável em casamento** quando não tiver constado a data do início da união e agora os cônjuges querem que conste a referida data no assento de casamento?

**Resposta:** O caminho é fazer a CERTIFICAÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL e, em seguida, RETIFICAR O REGISTRO, mediante procedimento de retificação do assento de casamento.

1. **PERGUNTA:** Como fazer nos registros anteriores de UNIÃO ESTÁVEL no Livro E quando não tiver constado a data do início da união e agora o casal quer que conste?

**Resposta:** O caminho é fazer a CERTIFICAÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL e, em seguida, averbar a data de início no REGISTRO DO LIVRO E. Nesse caso não haveria retificação, posto que esse dado não era obrigatório anteriormente.

1. **PERGUNTA:** Como fazer nos registros anteriores ao provimento de UNIÃO ESTÁVEL no Livro E quando tiver constado a data do início da união - sem decisão judicial e sem observar a mesma data da escritura de UNIÃO ESTÁVEL?

**Resposta:** O caminho é fazer a CERTIFICAÇÃO DA UE e em seguida RETIFICAR O REGISTRO no LIVRO E.

1. **PERGUNTA**: Como registrar o termo/escritura/sentença no caso de um dos conviventes ter falecido antes do REQUERIMENTO DE REGISTRO?

**Resposta**: Para registrar, sugerimos que o companheiro sobrevivente e o inventariante ou todos os herdeiros requeiram em conjunto (ver enunciados 9 e 10 de UE, abaixo reproduzidos). Não sendo possível obter o requerimento na forma sugerida, deve o pedido ser submetido ao juiz competente para registros públicos, mediante procedimento de dúvida.

ENUNCIADO 9: É possível registrar a escritura pública de união estável lavrada em vida ou o título judicial de união estável, no 1º Subdistrito ou da sede da Comarca em que os companheiros têm ou tiveram seu último domicílio, mesmo que um dos companheiros, na data do registro, já tenha falecido, sendo anotado o óbito imediatamente após o registro da união estável. (Fundamentação: Art. 665 e 666 CN).

ENUNCIADO 9.1: Para o registro, será exigido o requerimento assinado pelo companheiro sobrevivente em conjunto com o inventariante ou com todos os herdeiros.

ENUNCIADO 10: Se ambos os companheiros já forem falecidos, o inventariante ou todos os herdeiros em conjunto poderão requerer o registro da sentença ou da escritura de união estável no Livro “E” do 1º Subdistrito da Comarca em que os companheiros tiveram seu último domicílio, mesmo que por e-protocolo.

**MODELOS SUGERIDOS**

1. **CERTIDÃO INTEGRAL DE PROCEDIMENTO DE CERTIFICAÇÃO DE DATA DE INÍCIO/FIM DA UNIÃO ESTÁVEL**

**CERTIDÃO**

**TERMO DE ABERTURA**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,** Oficial(a) do Registro Civil das Pessoas Naturais de \_\_\_\_\_\_\_\_/MG, na forma da Lei, CERTIFICO, a pedido da parte interessada, que as cópias reprográficas de fls. \_\_\_ a \_\_\_ devidamente numeradas e rubricadas, que fazem parte integrante desta Certidão, são a exata reprodução integral do procedimento de certificação eletrônica de união estável nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, que se encontra arquivado nesta Serventia, em nome de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

O referido é verdade. Dou fé.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

**CERTIDÃO**

**TERMO DE ENCERRRAMENTO**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,** Oficial(a) do Registro Civil das Pessoas Naturais de \_\_\_\_\_\_\_\_/MG, na forma da Lei, lavro o presente TERMO DE ENCERRAMENTO DO PROCEDIMENTO Nº XXX DE CERTIFICAÇÃO DA DATA DE INÍCIO/FIM DA UNIÃO ESTÁVEL, em nome de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, formado por xxx cópias reprográficas, devidamente numeradas e rubricadas, referentes ao inteiro teor do referido procedimento.

O referido é verdade. Dou fé.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

1. **CERTIDÃO DE DOCUMENTO ARQUIVADO: DECISÃO PROFERIDA NO PROCEDIMENTO DE CERTIFICAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL REFERENTE À DATA DE INÍCIO OU DE FIM DA UNIÃO**

**CERTIDÃO DA DECISÃO DA CERTIFICAÇÃO ELETRÔNICA DE UNIÃO ESTÁVEL**

Certifico, para os devidos fins, a pedido da parte interessada, que revendo os arquivos desta Serventia, consta o seguinte teor da decisão da certificação eletrônica de União Estável de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, no procedimento nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_, datado de \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_, com data de início em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_: (colar a imagem da certidão) **ou** cuja cópia segue anexo e faz parte integrante desta certidão.

O referido é verdade, do que dou fé.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

Oficial(a)

1. **CERTIDÃO DO TERMO DECLARATÓRIO DE UNIÃO ESTÁVEL**

Certifico, para os devidos fins, que revendo os arquivos desta Serventia, consta o seguinte teor do Termo Declaratório de União Estável de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, lavrado em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_: (colar a imagem da certidão) **ou** cuja cópia segue anexo e faz parte integrante desta certidão.

O referido é verdade, do que dou fé.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

OUTRAS ORIENTAÇÕES:

1. EMOLUMENTOS: Não existe previsão legal gratuidade para os novos atos: termo declaratório e certificação da data de início ou fim da união estável. Inexiste, também, previsão de isenção para o registro da união estável no livro E.

Caso as partes sejam realmente pobres no sentido legal, recomenda-se que seja sugerida a conversão da união estável em casamento, para a qual existe isenção, nos termos do art. 21, I, da Lei 15.424/04.

1. AFASTAMENTO DA SEPARAÇÃO OBRIGATÓRIA DE BENS

Aplica-se a separação obrigatória de bens à união estável nas mesmas hipóteses do casamento. É possível, para afastar a separação obrigatória de bens com fundamento no art. 1523 do CC, I e III, que o divorciado, separado ou desquitado ou viúvo declare que não havia bens a partilhar ou que os bens foram partilhados (analogia ao que estabelece o CN/MG, Prov. Conjunto 83/2020, no art. 587, VIII). Também é possível afastar a separação obrigatória com fundamento na idade, caso seja feita a certificação da data de início da união, demonstrando que a convivência iniciou-se anteriormente à idade limite fixada em lei.

Vide enunciado nº 7 sobre RETIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA, abaixo reproduzido:

**ENUNCIADO 7:** É hipótese de erro material do cartório não constar o regime de bens no registro de casamento, cabendo ao oficial analisar:

1. A existência, à época da celebração, de causas suspensivas, idade ou suprimento judicial, que tornasse obrigatória a separação de bens. Fundamentação:

* Código Civil de 1916 (em vigor até 09 de janeiro de 2003):

*“Art. 258. Não havendo convenção, ou sendo nula, vigorará, quanto aos bens, entre os cônjuges, o regime da comunhão universal.*

*Parágrafo único. É, porém, obrigatório o da separação de bens no casamento:*

*...*

*II.* ***Do maior de sessenta e da maior de cinquenta anos****.*

*..”*(sem grifos no original).

* Código Civil de 2002 – (Redação original – em vigor a partir de 10 de janeiro de 2003)

*“Art. 1.641. É obrigatório o regime da separação de bens no casamento:*

*...  
II -* ***da pessoa maior de sessenta anos****;*

*...”*(sem grifos no original).

* Código Civil de 2002 – (Redação dada pela Lei nº 12.344 de 2010)

*“Art. 1.641. É obrigatório o regime da separação de bens no casamento:*

*...*

*II – da pessoa maior de 70 (setenta) anos;*[*(Redação dada pela Lei nº 12.344, 9 de dezembro de 2010)*](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12344.htm#art1)

*...” (sem grifos no original).*

1. CONVERSÃO DE UNIÃO ESTÁVEL EM CASAMENTO: Será feita mediante processo de habilitação idêntico ao processo para casamento civil, exceto no que se refere à celebração, que não ocorrerá, não havendo, pois, participação do juiz de paz. Para a conversão da UE em casamento NÃO SE EXIGE PRÉVIO TERMO DECLARATÓRIO DE UNIÃO ESTÁVEL, ESCRITURA, ou SENTENÇA reconhecendo a convivência, NEM REGISTRO NO LIVRO E. Basta que as testemunhas do processo de habilitação e os nubentes declarem que existe a união estável. Para que haja a reconhecimento da data de início da U.E., será exigido procedimento de certificação da referida data, feito perante RCPN, cuja decisão será juntada ao processo de habilitação.